

O ENVOLVIMENTO DAS MULHERES NA SAFRA DO CAMARÃO NO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS/RS: A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DA CADEIA PRODUTIVA DO PESCADO NO CONTEXTO DA GESTÃO AMBIENTAL.

Jéssica Fischer Verly (*), Cibele Hax Gonçalves, Tatiana Walter

* Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Campus São Lourenço do Sul. E-mail: jeehfischer@hotmail.com

RESUMO

A pesca artesanal é uma atividade de relevante importância, além disso, a maior parte do pescado de boa qualidade que chega à mesa do brasileiro é fruto do trabalho árduo dos pescadores artesanais. Esse pescado geralmente passa pelas mãos de muitas mulheres que estão envolvidas na atividade pesqueira, realizando o beneficiamento, a comercialização e até mesmo sua captura. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da análise da cadeia produtiva do pescado oriundo da atividade artesanal para a Gestão Ambiental, quanto à necessidade de se adotar uma visão sistêmica, e tendo como enfoque as trabalhadoras da pesca artesanal na safra do camarão em comunidades pesqueiras localizadas nos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa aqui relatada faz parte do Projeto “Análise das Cadeias Produtivas do Pescado Oriundo da Pesca Artesanal e/ou Aquicultura Familiar no estado do Rio Grande do Sul”, cujos objetivos voltam-se à compreensão dos diversos elos da cadeia produtiva do pescado para subsidiar políticas públicas adequadas a sua realidade. Dentre as cadeias produtivas de interesse do projeto está a do camarão produzido na Lagoa dos Patos. A presença de mulheres atuando nesta cadeia produtiva nos motiva a buscar compreender os papéis que executam, sua relevância para a cadeia como um todo, suas relações com a comunidade pesqueira e sua importância para a reprodução social da pesca artesanal.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres na Pesca, Cadeia Produtiva, Gestão Ambiental, São Lourenço do Sul, Pelotas.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é definida pela Lei nº 11.959/09, Art. 8º como aquela “praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.”. Trata-se da atividade realizada por trabalhadores caracterizados por Diegues (1983) como pescadores artesanais, aqueles que, na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois em geral a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal fim possuem pouca autonomia.

Como aborda Walter *et al* (2012) a pesca artesanal é de suma importância no país, uma vez que produz alimentos, gera trabalho e renda a um contingente considerável de atores sociais, inseridos tanto no mercado nacional quanto mundial. Grande parte do pescado de boa qualidade que chega à mesa do brasileiro é fruto do trabalho árduo dos pescadores artesanais. São eles os responsáveis por 60% da produção nacional, que gira em torno de 500 mil toneladas ao ano. Se isto diz muito em termos absolutos, a importância adquire dimensões exponencialmente maiores quando se pensa na contribuição social que os atores envolvidos na pesca cumprem em suas comunidades: a distribuição de renda e a inclusão social fomentadas por uma atividade que contempla uma quantidade de pescadores muito maior do que na pesca industrial. (Cunha, 2011).

A região estuarina da Lagoa dos Patos está localizada na Costa Sul Brasileira (Rio Grande do Sul), uma área da reserva da Biosfera (UNESCO). Com uma área de aproximadamente 10.000 km², a Lagoa dos Patos é reconhecida como a maior lagoa do tipo estrangulado do mundo, estendendo-se de 30°30’S a 32°12’ S perto da cidade de Rio Grande, onde a lagoa se conecta com o oceano Atlântico. (Kalikoski & Vasconcellos, 2013). As lagoas costeiras estão entre os ecossistemas mais produtivos, ocupando 13% das áreas costeiras ao redor do mundo, e atuam como importantes áreas de berçário, alimentação e reprodução para espécies nativas e migratórias. As pescarias artesanais em lagoas costeiras propiciam sustento para milhares de pessoas ao redor do mundo, incluindo a América do Sul e do Norte, a África, a Ásia e o Pacífico (Berkes et al., 2001). Frente a estas características, percebe-se então a importância de analisar a cadeia produtiva da pesca em locais rodeados por águas tão importantes do ponto de vista ambiental, econômico e social, como é o caso dos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul.

Em linhas gerais a mulher que trabalha na pesca não tem seu trabalho valorizado. Segundo Maneschy (2013) trata-se de uma dimensão geralmente pouco valorizada, quer no âmbito dos estudos, que privilegiam a situação do homem pescador, quer no âmbito das políticas e das organizações sindicais de pescadores onde ainda predomina uma concepção restritiva de pescador. Na pesca artesanal as mulheres têm funções diversas, e atuam de forma direta ou indireta exercendo importante papel de manutenção e reprodução da comunidade. São elas que ficam em terra cuidando dos filhos, casa, processando o pescado e exercendo outras atividades como artesanato, costura e por vezes administrando a comercialização do pescado. A importância da mulher na pesca no âmbito econômico e sócio reprodutivo é destacada também por Kalikoski & Vasconcellos (2013), pois de acordo com os autores, no estuário da Lagoa dos Patos, em certas comunidades, a renda obtida pelas mulheres em atividades fora da pesca tem um papel importante na manutenção das famílias de pescadores, e a importância dessa fonte de renda familiar se torna particularmente clara durante temporadas de pesca fracassadas.

Muitos autores já direcionaram suas pesquisas à pesca artesanal na Lagoa dos Patos. Pasquotto (2005), por exemplo, caracteriza a pesca artesanal no município de São Lourenço do Sul, RS como de mão-de-obra familiar, embarcações de pequeno porte e área de atuação nas proximidades da costa, rios e lagos, visando também trazer à tona a diversidade entre os pescadores artesanais no município, os impactos das políticas públicas e as estratégias de reprodução social, todavia, sem ênfase na safra do camarão e no envolvimento das mulheres na atividade pesqueira. Aspectos semelhantes quanto ao direcionamento dos estudos são observados no município de Pelotas. Ressalta-se assim, necessidade de estudos que se referem à questão da participação da mulher na pesca. Contudo, é importante destacar que estudos com este enfoque já começam a surgir na região do Estuário da Lagoa dos Patos, como por exemplo, o realizado por Galvão (2013) que tem como problemática de pesquisa as relações de gênero na pesca, abordando o contexto de invisibilidade das mulheres nessa atividade, tanto nas pesquisas científicas e na gestão e formulação de políticas públicas específicas para o setor. Logo, percebem-se os avanços que ocorrem quanto o reconhecimento da participação feminina no mercado trabalhista, principalmente àquele referente à atividade pesqueira. Fato este, que pode contribuir para melhores condições de vida e trabalho para estas, que com intuito de garantir seus direitos como trabalhadora e mulher precisam lutar contra as injustiças de gênero, e também pela mudança de paradigmas da sociedade que ainda pode se denominar machista, quando diz respeito ao reconhecimento de sua participação na pesca.

Frente à necessidade de abordagem sobre a atuação das mulheres na cadeia produtiva do pescado, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da análise da cadeia produtiva do pescado para a Gestão Ambiental, quanto à necessidade de se adotar uma visão sistêmica, e tendo como enfoque as trabalhadoras da pesca artesanal na safra do camarão em comunidades pesqueiras localizadas nos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul. Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa “Análise das Cadeias Produtivas do Pescado Oriundo da Pesca Artesanal e/ou Aquicultura Familiar no estado do Rio Grande do Sul”, o qual é um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do estado do Rio Grande do Sul. O projeto tem como objetivo a análise da cadeia produtiva do pescado produzido pela pesca artesanal e pela aquicultura familiar em nove Territórios de Aquicultura e Pesca no estado do Rio Grande do Sul (Figura 1). Também contempla a realização de dois estudos de caso, sendo que um deles está sendo realizado junto à porção sul do Rio Grande do Sul, com vistas à análise da cadeia produtiva do pescado oriundo da atividade de pesca artesanal na Lagoa dos Patos. As ações deste projeto de pesquisa também preconizam uma abordagem sistêmica e a concepção de um modelo teórico-analítico com enfoque na pequena produção, concatenando sua importância social a necessidade de sustentabilidade ambiental, necessários à manutenção da reprodução social destes grupos e na definição de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do setor.

Assim, em termos teóricos a análise da cadeia produtiva é realizada considerando às relações sociais que permeiam os elos da cadeia produtiva e, em termos analíticos adota-se um enfoque que visa compreender também os fatores que regem esta cadeia, para além de descrever cada um dos elos, de forma similar ao exposto em WALTER *et al.* (2012).

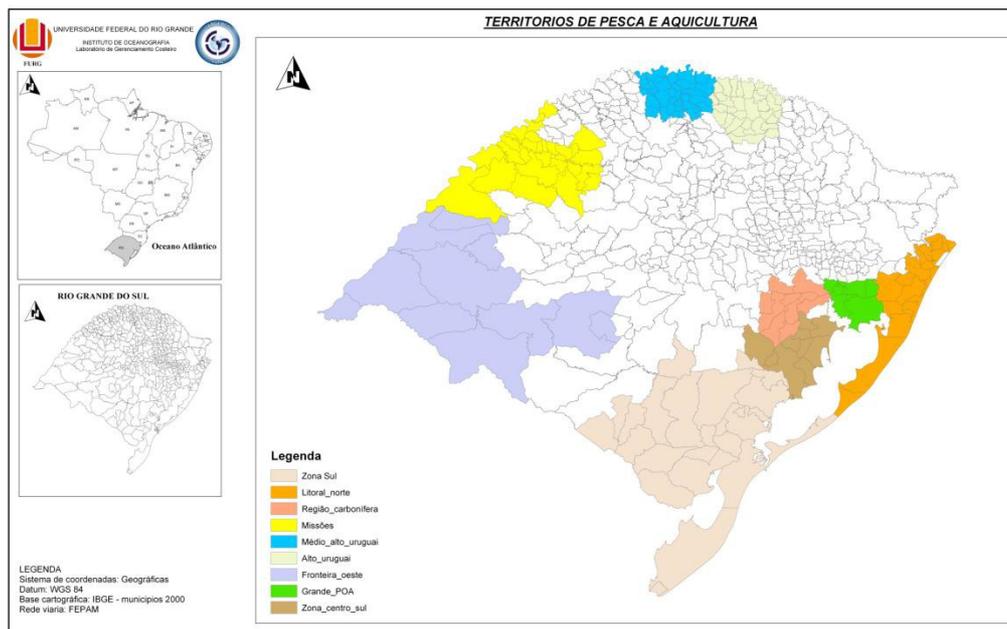


Figura 1-Abrangência do projeto "Análise das Cadeias Produtivas do Pescado Oriundo da Pesca Artesanal e/ou Aquicultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Projeto "Análise das Cadeias Produtivas do Pescado Oriundo da Pesca Artesanal e/ou Aquicultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul.

Em relação à Zona Sul, dentre as atividades realizadas durante o projeto, está o levantamento de dados primários relativos à cadeia produtiva do camarão *Farfantepenaeus brasiliensis* fato este que possibilitou obter informações relevantes quanto ao envolvimento das mulheres durante sua safra nos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul, Rio Grande e São José do Norte. Além disso, a presença de mulheres atuando nesta cadeia produtiva nos motiva a buscar compreender os papéis que executam, sua relevância para a cadeia como um todo, bem como suas relações com a comunidade pesqueira e sua importância para a reprodução social da pesca artesanal.

METODOLOGIA UTILIZADA

- Área de Estudo

A área do estudo encontra-se em parte do estuário da Lagoa dos Patos localizado no Sul do Estado do Rio Grande do Sul, paralelamente ao litoral rio-grandense. O estuário da Lagoa dos Patos faz parte da paisagem do estado desde o município de Porto Alegre até Rio Grande, local onde ocorre a comunicação com o mar através de um estreito canal. Por fazer esta ligação com o oceano é considerada uma Laguna, podendo ser chamada também de "Laguna dos Patos".

Segundo Kalikoski & Vasconcellos (2013), os abundantes recursos alimentares e a proteção contra a predação proporcionada pelos baixios estuarinos tornam essa região um berçário ideal para diversas espécies pesqueiras com importância comercial. O estuário é caracterizado por um corpo d'água raso (profundidade média de 7 metros), com temperatura e salinidade variáveis, dependendo das condições climáticas e hidrológicas locais. A dinâmica das águas estuarinas é condicionada principalmente pelo regime de ventos e chuvas, com apenas uma influência menor das marés. De um modo geral, no período de setembro a abril, os ventos dominantes são de NE, NNE e ENE, ao passo que, no período de inverno, ventos de E, S, SE e SO são mais frequentes. Enquanto aqueles favorecem a descarga de água doce e criam um regime de baixa salinidade no estuário, estes forçam a penetração de águas salgadas através do canal estuarino e criam condições para um regime marinho no estuário. O total da precipitação anual média (1200 - 1500 mm) varia bastante a cada ano, estando relacionado principalmente com a passagem de frentes frias. A pluviosidade mensal média é maior durante o inverno e a primavera (junho a outubro), mas pode haver um segundo pico no verão.

Devido a suas características naturais, os municípios que rodeiam a Lagoa dos Patos são considerados importantes zonas pesqueiras. A pesca é uma das mais antigas atividades praticadas no Brasil. Seu processo de evolução é marcado por

diferentes etapas, de modo que essas acompanham o desenvolvimento da nação. Sendo assim, destaca-se a presença do pescador artesanal como personagem central da atividade. Dos municípios que possuem tradicionalmente a cultura da pesca artesanal na região da Lagoa dos Patos, destacam-se alguns como: Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul. (Teixeira & Abdalah, 2005).

Os dados disponibilizados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, disponibilizados recentemente informam que nos municípios rodeados pela lagoa, estão registrados 6.810 pescadores, sendo que destes estão distribuídos 401 pescadores em São Lourenço do Sul e 1.326 pescadores artesanais em Pelotas, municípios destacados no presente trabalho, conforme *Figura 2*.

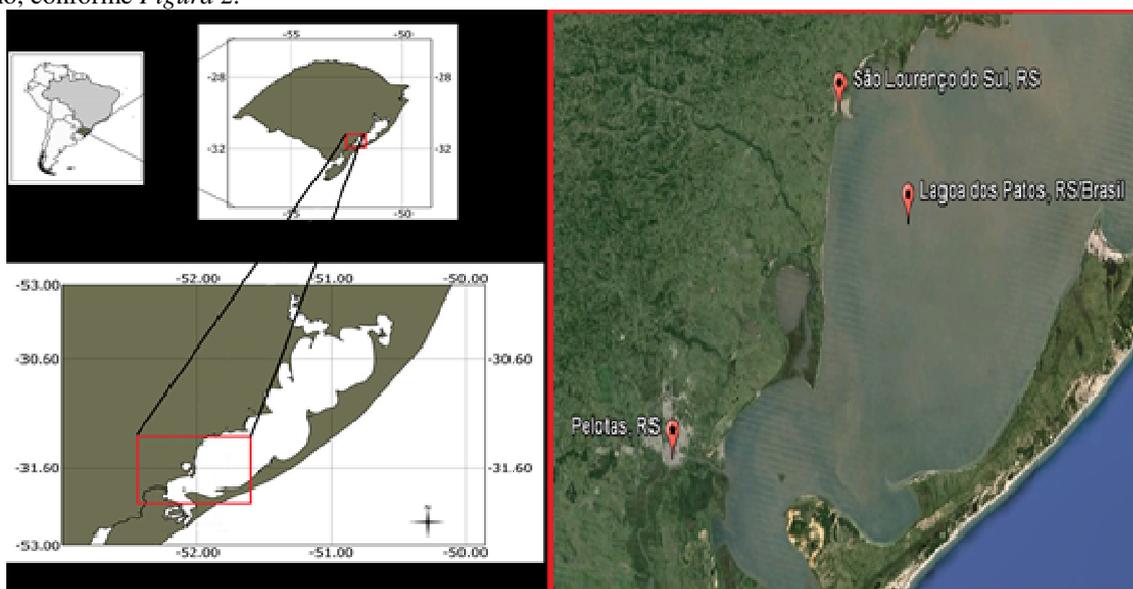


Figura 2 – Localização dos municípios de Pelotas e São Lourenço, em parte do Estuário da Lagoa dos Patos, RS/Brasil. Fonte: Autores.

- Procedimentos de Pesquisa

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho associa Revisão Bibliográfica à Pesquisa Social Qualitativa. A revisão focou na atividade pesqueira no Estado do Rio Grande do Sul, com ênfase na Lagoa dos Patos, e às práticas e definições de Gestão Ambiental. Para a revisão bibliográfica da atividade pesqueira no estado foi elaborado um Roteiro de Revisão Bibliográfica, visando abordar quais as informações-alvo da pesquisa. Quanto à pesquisa qualitativa, para esta foram realizadas entrevistas junto aos participantes da cadeia produtiva do pescado nos municípios destacados no presente trabalho, permitindo assim obter informações relevantes sobre as mulheres trabalhadoras da pesca artesanal, com enfoque no envolvimento para com a safra do camarão.

A investigação sobre a pesca artesanal se deu no período da safra do camarão, e privilegiou, dentre outras questões, dar voz às mulheres que trabalham no descasque do camarão, bem como aquelas que trabalham na administração e comercialização do camarão e pescado nos municípios de Pelotas, povoado denominado de Z-03 devido à presença da Colônia, e em São Lourenço do Sul, nas proximidades do Arroio São Lourenço e do Arroio Carahá, onde há concentração dessas trabalhadoras. Para isto, foram realizadas visitas às áreas, nos meses de março, abril e maio de 2013 onde se aplicaram entrevistas com uso de roteiros pré-estruturados pela equipe, conversas informais e observações livres, registradas em diários de campo. Para a coleta de dados foram utilizados gravadores e câmeras digitais, sempre com o consentimento das entrevistadas. Após a coleta dos dados primários, foram realizadas as transcrições e análises das entrevistas com o auxílio do software livre Weft QDA. Anteriormente à aplicação das entrevistas, os integrantes do projeto de pesquisa, ao qual o trabalho pertence, participaram de oficinas de trabalho que visavam apresentar os principais métodos de pesquisa qualitativa, bem como, elaborar os roteiros pré-estruturados que foram utilizados nas entrevistas. Para cada ator participante da cadeia produtiva do pescado, foi elaborado um roteiro diferente, entre estes o direcionado às mulheres.

RESULTADOS OBTIDOS

- As Mulheres na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal: Trabalhadoras da Safra do Camarão em Pelotas e São Lourenço do Sul.

As características do envolvimento das mulheres na safra do camarão nos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul não possuem grandes diferenças. Entretanto, neste trabalho, os resultados da pesquisa qualitativa em cada um dos municípios serão descritos de forma separada, visando permitir expor melhor as características próprias dos locais. Contudo, é importante destacar que a safra de 2013 foi considerada fraca, fato que impactou a dinâmica do trabalho das mulheres.

Na pesca artesanal em São Lourenço do Sul, as mulheres atuam principalmente no beneficiamento do pescado, e em atividades domésticas. Nos casos investigados tratam-se de companheiras, mães, irmãs e/ou filhas de pescadores artesanais e não realizam atividades remuneradas fora da pesca. Foram identificados diferentes tipos de envolvimento a partir do beneficiamento. Não há vínculo empregatício, com exceção àquelas que trabalham com o beneficiamento de outros pescados além do camarão nas unidades de beneficiamento presentes no município: A Cooperativa de Pescadores – COOPESCA e a Japesca, exercendo assim a atividade praticamente o ano todo. Em grande parte as mulheres pertencem a núcleos familiares envolvidos na pesca artesanal, entretanto, o que determina a atuação no processamento, segundo elas é o domínio da técnica de beneficiar.

De acordo com as entrevistadas, as mulheres se envolvem com o beneficiamento a partir da adolescência, ou quando casam com pescadores. Autodenominam-se “limpadeiras”. A jornada de trabalho varia de 8 a 9 horas/dia, beneficiando em média 30 kg/dia, recebendo \$1,50/Kg a \$3,00/kg, sendo que não ficam com porcentagem do produto. Segundo elas, esta atividade não é a única fonte de renda familiar, mas tem importante significado complementando a mesma.

As principais dificuldades relatadas no exercício da atividade se referem à infraestrutura e aos materiais de trabalho das unidades de beneficiamento. De acordo com as mulheres, é o “empregador” que disponibiliza os materiais de trabalho como mesa, luvas (dificilmente utilizadas), entretanto em alguns casos, materiais, como facas, vasilhas, pertencem a elas mesmas. Não utilizam materiais de proteção, apenas aventais. Outras dificuldades são problemas de saúde, como alergias ao produto, e a questão de não ter onde deixar filhos pequenos.

Em relação à safra do camarão, São Lourenço do Sul possui importante papel como entreposto, dado que embarcações de outros município usam o porto local como área de desembarque da produção, face à proximidade dos acampamentos de pescadores, da posição geográfica intermediária e da facilidade dos caminhões e outros compradores chegarem ao cais. Assim, entre as formas identificadas de participação da mulher na safra do camarão em São Lourenço do Sul, estão a Mulher Compradora e a Mulher Processadora, descritas a seguir.

- Mulher Compradora: Esta forma de atuação da mulher na safra do camarão é consequência de uma ramificação da cadeia produtiva em São Lourenço do Sul, que são as pequenas peixarias. São pequenas indústrias que se estabelecem em fundo de quintal, e não necessariamente são legalizadas. A mulher compradora geralmente é esposa de pescador e atua em todos os processos: comprando o camarão, beneficiando, embalando e armazenando o produto até o momento da venda deste. Com relação aos resíduos gerados neste processo, elas afirmam enterrarem em um terreno cedido por um vereador da cidade. Compram o camarão diretamente do pescador “sujo”, por aproximadamente R\$ 5,00 a R\$ 6,00, fazem todo o beneficiamento, embalam e congelam. Este produto final é vendido por média de R\$ 22,00. Estas mulheres atuam como microempresárias, compram o camarão diretamente dos pescadores, que não necessariamente são familiares, contratam outras mulheres na forma de empreitada para o processo de beneficiamento deste, armazenam o produto em freezers e vendem para os restaurantes locais, para a população e/ou para turistas.

- Mulher Processadora: esta trabalha basicamente com o descasque do camarão e geralmente não possui vínculo empregatício onde trabalha. As mulheres que se enquadram neste grupo trabalham nas indústrias de beneficiamento localizadas no Município (Japesca ou COOPESCA - Cooperativa dos Pescadores), às margens dos Arroios, ou nas pequenas peixarias contratadas informalmente pelas Mulheres Compradoras como citado anteriormente. Na Coopesca recebem semanalmente, quando trabalham a beira do Arroio recebem na hora do indivíduo que solicitou o descasque. Recebem em torno de R\$ 2,00 pelo quilo de camarão limpo e conseguem limpar uma média de 50 kg por dia, dependendo da safra se for boa. Em geral trabalham há muitos anos com pescado e não utilizam nenhum tipo de material de proteção. Quanto àquelas que trabalham na COOPESCA, uma antiga trabalhadora desta relata a utilização de toucas e aventais e em alguns casos luvas também, além disso, também é fornecida a estrutura básica necessária,

como água e mesas. Quando trabalham no arroio as condições de trabalho são bem menos favoráveis. Quanto aos resíduos gerados no descasque, na Coopescas existe um caminhão que recolhe semanalmente, no arroio as mulheres admitem jogar este resíduo no leito do rio, pois declaram não possuir outra alternativa.

Ainda em relação ao grupo de Mulheres Processadoras há as que trabalham em outra indústria de Beneficiamento existente no município, a Japesca, empresa privada e de maior porte quando comparada à COOPESCA. Nesta, as entrevistadas declaram que atualmente a maior parte do camarão que elas processam já vem descascado, geralmente oriundo do município de Rio Grande, sendo assim o descasque é feito apenas quando há algum pedido eventual. Durante a safra do camarão o número de mulheres envolvidas no processamento do camarão pode chegar a 20, dependendo da necessidade de mão de obra. Destas vinte, cerca de oito são as funcionárias fixas da empresa, todavia, dentre aquelas que foram contratadas apenas para a safra do camarão, algumas podem vir a ser efetivadas.

As funcionárias da Japesca geralmente exercem o beneficiamento do camarão e demais pescados há vários anos, e declaram que trabalham na mesma por ser o local, onde o pagamento é melhor em São Lourenço do Sul, em relação aos serviços que não exijam níveis maiores de escolaridade. Além dessa atividade elas trabalham em casa apenas, realizando atividades domésticas. Algumas moram perto do local e outras relativamente longe, mas não recebem vale transporte. Algumas possuem filhos pequenos que ficam em casa e declaram receber Auxílio Escola ou Auxílio Creche, como as entrevistadas citam que este auxílio é recebido duas vezes ao ano. Quando fazem horas extras trabalhadas, estão são pagas com o dobro do valor da hora normal. As funcionárias fixas possuem vínculo empregatício com a Japesca, o pagamento é feito quinzenalmente através de depósito bancário e geralmente trabalham com o beneficiamento de outros pescados como Traíra, Jundiá, Bagre, Rei, Viola, Pescada e Salmão, fazendo filé, escamando e interfolhando (Colocar os filés nas bandejas separado por um “plástico” para não grudar e congelar individualmente. Este procedimento também é feito no caso do camarão). A Japesca fornece toda estrutura necessária para o trabalho e também material de proteção individual, como luvas esparadrapo, botas, uniformes, etc. Segundo as entrevistadas a produção abastece o mercado local, além de Porto Alegre e São Paulo. Quanto aos resíduos gerados, declaram que são transportados de caminhão para a cidade de Canoas no próprio estado, para a fabricação de ração animal.

Após as visitas e entrevistas realizadas na colônia Z3 conseguimos concluir, que nesta comunidade as mulheres atuam principalmente na pós captura, mais precisamente no descasque do camarão, comercialização e administração das salgas¹ bem como na produção de gelo, importante insumo para pesca. Estas atividades estão sempre associadas às atividades domésticas, costura e artesanato. No descasque do camarão a jornada de trabalho começa geralmente por volta das 06h30min e vai até às 18h30min, fazendo intervalo de duas horas para o almoço. Contudo, de acordo com as mulheres é um trabalho por empreitada e não existe uma rigidez de horário, cada uma trabalha até a hora que quiser, podendo sair do trabalho a qualquer momento, o que permite desenvolver outras atividades. Geralmente passaram toda sua vida exercendo atividades relacionadas à pesca, pois são esposas filhas ou irmãs de pescadores e a safra do camarão é parte do ciclo de trabalho oferecido na atividade pesqueira.

A produção individual é de 30 a 50 Kg de camarão por dia, dependendo da habilidade de cada uma e recebem em torno de R\$ 3,00 por quilo de camarão que limpam, sendo o camarão pesado sujo. Não possuem vínculo empregatício com as peixarias para qual trabalham; a grande maioria mora ali perto mesmo ou no interior da vila; recebem lanche no período em que estão trabalhando (manhã ou tarde); a peixaria fornece o material necessário para a limpeza do camarão (água, mesa, gelo, caixas, potes ou baldes), mas não o material de proteção individual. Na colônia Z3, é comum o fato de a dona(o) da peixaria permanecer no local do trabalho junto com as mulheres, observando o trabalho, abastecendo as mesas com o camarão, gelo e água e auxiliando na limpeza do local. O pagamento é realizado semanalmente e de acordo com a produção de cada uma.

O trabalho tanto no descasque quanto na fábrica de gelo é realizado sem equipamentos de segurança, no descasque elas utilizam apenas esparadrapos nos dedos, e na câmara fria ficam expostas as temperaturas baixíssimas, e ao sair expostas a um calor excessivo. Em referência a pesca e mais especificamente a safra do camarão 2013, a consideram uma das safras mais fracas, pois o tamanho do camarão estava muito pequeno o que conferia a produção um custo alto e um lucro baixo. Também é unanime a visão de que as instituições fiscalizadoras da pesca agiram de forma muito incisiva sem considerar os aspectos de reprodução social local. Outra insatisfação diz respeito às dificuldades em acessar políticas e programas sociais, pois quando estes existem são pouco divulgados, sendo assim somente as pessoas mais próximas da sede da Z3 ficam informadas e as outras que residem na região da praia ficam sabendo tardiamente.

¹ Termo utilizado pelas mulheres na Colônia Z3, para denominar as peixarias, locais em que trabalham com o processamento do pescado. Este termo de acordo, com o observado durante a pesquisa trata-se de um termo histórico, que diz respeito à época das charqueadas em que o modo de conservação do pescado era salgá-lo.

A maioria das entrevistadas não possuía filhos pequenos e as que possuíam declararam deixar estes em casa, pois não existe creche pública na região. Durante a realização das entrevistas, não se observou a presença de crianças no local de trabalho. Grande parte não trabalha com outro tipo de pescado e também não ficam com nenhuma parte da produção. O trabalho na safra do camarão não é a única fonte de renda dessas famílias, pais, maridos ou filhos são considerados a base do orçamento familiar, onde trabalham com a pesca, construção civil ou outra atividade informal.

De acordo com as mulheres os resíduos gerados na limpeza do pescado são recolhidos por um caminhão diariamente, embora se perceba no decorrer das entrevistas que o gerenciamento destes resíduos ocorre de forma precária, ou seja, não existe preocupação com o acondicionamento adequado deste resíduo enquanto aguarda ser recolhido pelo caminhão, sendo este depositado de qualquer maneira nos fundos das peixarias ou até mesmo sendo jogado diretamente na lagoa.

- A Relevância da Análise da Cadeia Produtiva do Pescado para a Gestão Ambiental.

Quintas (2006) aborda que “A concepção de que a questão ambiental diz respeito à relação homem-natureza não é suficiente para direcionar um processo de análise e reflexão que permita a compreensão deste relacionamento em toda a sua complexidade. Sendo necessário, ainda, assumir-se que a construção do conhecimento sobre esta relação se realiza sob a ótica dos processos que ocorrem na sociedade.”.

Assumindo ainda, os conceitos e abordagens do autor, compreende-se por que a análise da cadeia produtiva do pescado demonstra-se relevante na Gestão Ambiental Pública, uma vez que esta permite compreender a dinâmica de uma atividade relevante econômica e socialmente como a pesca artesanal, que depende diretamente da extração de recursos pesqueiros e garante a reprodução social de diversos atores envolvidos na mesma. O autor destaca que a chave do entendimento da problemática ambiental está no mundo da cultura, ou seja, na esfera da totalidade da vida em sociedade, não significando que o conhecimento do meio físico-natural não seja importante para uma compreensão da problemática ambiental, que mais do que importante, é fundamental para verificarmos as implicações da ação do homem no meio natural, para o próprio meio e para o meio social. “Afim, são as práticas do meio social que determinam a natureza dos problemas ambientais que afligem a humanidade. [...] É neste contexto que surge a necessidade de se praticar a Gestão Ambiental Pública” (Quintas, 2006).

A Constituição Federal, ao consagrar o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, atribuiu a responsabilidade de sua preservação e defesa não apenas ao Poder Público, mas também à coletividade. Entretanto, mesmo conferindo à coletividade, também, a obrigação de proteger o meio ambiente, a Constituição de 1988 fez do Poder Público o principal responsável pela garantia, a todos os brasileiros, do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para isso, ela determina sete incumbências ao Poder Público (e somente a ele) para assegurar a efetividade desse direito. (Quintas, 2006)

Galvão (2013) destaca que as contradições entre a importância e um certo “reconhecimento” das mulheres como trabalhadoras da pesca; e uma gestão, em seu sentido mais amplo, que sempre foi construída com o foco no controle do recurso, no controle do esforço da pesca, no estabelecimento de medidas e controles da captura e, portanto, do “pescador”, não permitem que enxerguemos o que há “por trás” da “pesca”: todos os outros sujeitos, presentes na pesca artesanal que atuam em atividades diretamente relacionadas, mas que não necessariamente atuam na captura. Sendo assim, essas outras atividades da cadeia produtiva, geralmente realizadas pelas mulheres, acabam se tornando invisíveis para processos de gestão e desenvolvimento da pesca.

Quintas (2006) ao retratar a responsabilidade do poder público e da coletividade quanto à preservação do ambiente, destaca que “a mesma sociedade (coletividade) que deve ter assegurado o seu direito de viver num ambiente que lhe proporcione uma sadia qualidade de vida, também precisa utilizar os recursos ambientais para satisfazer suas necessidades básicas.”. Neste contexto de assegurar os direitos da coletividade, compreendemos a relevância do enfoque nas mulheres trabalhadoras da pesca, uma vez que estas, em linhas gerais, não têm seu trabalho valorizado, tanto no âmbito dos estudos, quanto no âmbito das políticas e das organizações sindicais de pescadores onde ainda predomina uma concepção restritiva de pescador, conforme salientado por Maneschy (2013).

Além disso, no Brasil, o poder de decidir e intervir para transformar o ambiente (ou mesmo para evitar sua transformação), físico-natural ou construído, e os benefícios e custos dele (do uso do poder) decorrentes, estão distribuídos social e geograficamente na sociedade de modo assimétrico. Por serem detentores de poder econômico ou de poderes outorgados pela sociedade, determinados atores sociais possuem, por meio de suas ações, capacidade variada

de influenciar direta ou indiretamente na transformação (de modo positivo ou negativo) da qualidade ambiental. É o caso dos empresários (poder do capital); dos políticos (poder de legislar); dos juízes (poder de condenar e absolver etc.); dos membros do Ministério Público (o poder de investigar e acusar); dos dirigentes de órgãos ambientais (poder de embargar, licenciar, multar); dos jornalistas e professores (poder de influenciar na formação da opinião pública), das agências estatais de desenvolvimento (poder de financiamento, de criação de infra-estrutura) e de outros atores sociais cujos atos podem ter grande repercussão na qualidade ambiental e conseqüentemente na qualidade de vida das populações. (Quintas, 2006)

Segundo o autor, esses atores, ao tomarem suas decisões, nem sempre levam em conta os interesses e necessidades das diferentes camadas sociais direta ou indiretamente afetadas. Um exemplo que podemos citar dessas decisões assimétricas, em relação à atividade pesqueira diz respeito às políticas públicas e legislação vigente, ambas baseadas nas decisões políticas-governamentais. A Legislação Federal nº 11.959/09, em seu artigo 1º, inciso XXII a definição de pescador profissional é “pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica.”. Entretanto, assim como Cotrim (2008) destaca, essas definições, apesar de condizentes com a realidade, não são plenamente satisfatórias por não explicar ou abranger todo o universo da pesca artesanal, por que são muitas as variações na forma de ação dos atores sociais.

De acordo com Maneschky (2013) “uma série de fatores sociais, culturais e políticos contribuíam para esse quadro de marginalização das mulheres trabalhadoras na pesca. Em primeiro lugar, as características da sua inserção na pesca, que tende a se dar de maneira flutuante, ou descontínua; ademais, muitas vezes o fazem para prover diretamente o consumo do lar e, assim, sem passar pelo mercado. Por outro lado, o fato de elas combinarem atividades produtivas e reprodutivas, muitas vezes no mesmo tempo e lugar, também contribui para obscurecer essa condição de trabalhadora e, por conseguinte, desestimula a reivindicação de seu estatuto. Segundo essa ordem de gênero, cabe em grande parte às mulheres assumir os cuidados; afinal, são “naturalmente” considerados responsabilidades femininas e, de tal modo, não contabilizados.”

Considerando ainda a questão dos conceitos insatisfatórios, passos importantes já foram dados quanto às definições da atividade pesqueira, no âmbito legislativo. Um exemplo disso é o artigo 4º da lei referida anteriormente que determina que “a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.”, sendo que no Parágrafo único, do mesmo são também considerados atividade pesqueira artesanal, “os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.”, atividades estas realizadas geralmente pelas mulheres.

Logo, verifica-se que embora o envolvimento das mulheres na pesca seja geralmente desvalorizado pela sociedade em geral, que permanece até os dias atuais com estigmas de que a atividade pesqueira é limitada ao trabalho do homem e que as tarefas realizadas pela mulher são condições naturais do gênero, a partir das definições legislativas citadas anteriormente, podem surgir novas oportunidades de reconhecimento e valorização da participação das mesmas na pesca.

Quanto à abrangência limitada de definições envolvendo a atividade pesqueira, podemos destacar o caso do envolvimento da mulher na pesca, muitas vezes não reconhecidas como pescadoras artesanais, por não realizar a captura do pescado, ou estar registrada e licenciada para tal. Tendo conseqüentemente seu trabalho, por muitas vezes ignorado por programas e políticas públicas que são direcionadas aos trabalhadores da pesca, e não sendo esta aceita como tal, tem sua reprodução social limitada. Logo, é importante compreendermos que a mulher também exerce papel importante na atividade pesqueira, e que esta deve ter seu trabalho reconhecido, uma vez que assim como aqueles determinados como pescadores profissionais, têm como principal meio de vida a participação em diversas etapas da cadeia produtiva da pesca, pois além de trabalhar com o beneficiamento do pescado muitas vezes, estas participam da rotina de pesca dos maridos embarcando para a captura do pescado.

Segundo o exposto por Maneschky (2013) em seu estudo, as atividades produtivas femininas, em sua maior parte, são descontínuas e nem sempre se traduzem em renda monetária, o que contribui para reforçar sua invisibilidade e dificultar o surgimento de uma “consciência profissional” das trabalhadoras da pesca. Assim, a posição das mulheres em relação ao trabalho deve ser analisada considerando seu papel socialmente construído quanto à família. Além disso, a autora destaca também que a busca pela superação das injustiças entre os gêneros e a valorização trabalhista feminina, faz-se necessário, repensar a estruturação da economia e da sociedade como um todo, bem como a compatibilização entre

trabalho e os ciclos da vida familiar, as múltiplas jornadas, a despeito dos avanços nas políticas previdenciárias em muitos países. E, desta maneira, persistem a dependência e os obstáculos maiores à participação na vida pública.

Para entender a relevância das mulheres na cadeia produtiva e no âmbito da gestão ambiental, é importante também ressaltar a visão de Castro & Abramovay (2005) que destaca que o modelo dominante de desenvolvimento capitalista, caracteriza-se como concentrador de poder e de recursos, fomenta desigualdades de toda ordem e destrói o meio ambiente. Ainda, segundo os autores, o movimento feminista contribui para ver criticamente esse modelo e seus efeitos, que a hegemonia de um novo modelo de desenvolvimento depende também dos movimentos de mulheres, e inserir a perspectiva relacional de gênero nesse debate e localizá-la no interior de um debate mais amplo dos direitos humanos e da cidadania é uma contribuição importante que as mulheres estão dando para se chegar ao almejado desenvolvimento sustentável. E que relações solidárias entre os sexos devem ser consideradas vitais na construção da sustentabilidade. Além disso, de acordo com Maneschy *et al* (2012) ao buscarem participação, as mulheres não estão apenas reivindicando direitos para si próprias, porque a comunidade à qual pertencem é uma constante. E objetivam representar os pescadores e as comunidades nas instâncias políticas nas quais se estão definindo as políticas de pesca; buscar meios de promover a inserção em novas bases da economia pesqueira em contextos socioculturais e, mais especificamente, socioambientais; e desvelar temas relativos à democracia, aos direitos, às dinâmicas ambientais.

CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES

A pesca artesanal trata-se de uma atividade de suma importância, além de ser uma fonte geradora de alimento e renda, também é o meio de vida de uma parcela da sociedade. No Rio Grande do Sul, o estuário da Lagoa dos Patos possui em seu entorno municípios considerados como tradicionais na atividade da pesca artesanal, como àqueles destacados no presente trabalho.

Este trabalho permite compreender a importância das mulheres na cadeia produtiva da pesca, na atividade pesqueira artesanal de São Lourenço do Sul e Pelotas. É sua mão de obra que garante o beneficiamento do pescado, e também contribui para a reprodução social e na complementação da renda familiar. Nota-se o pouco reconhecimento das atividades desenvolvidas pelas mesmas, uma vez que a sociedade ainda traz consigo o estigma da pesca como sendo uma atividade masculina, e as atividades desenvolvidas pelas mulheres como menos importantes, algo que representa isso, são os fatos de que as mulheres ganham como ajudantes e não como profissionais e em muitos casos assim como a sociedade em geral, os próprios familiares não reconhecem estas como pescadores e peça ativa na atividade pesqueira. Logo, recomenda-se a necessidade de criação de políticas públicas que visem à melhoria das condições de trabalho, incentivo à reprodução social e que assegurem a sadia qualidade de vida.

A partir destas considerações, compreendemos a relevância desta questão para a Gestão Ambiental, pois podemos concluir que é necessário obter uma visão do sistema existente na atividade pesqueira, uma vez que esta não se refere apenas à forma em que ocorre a captura do pescado, mas também, às questões sociais, ambientais e aos diversos elos presentes. Trata-se de compreender a relação homem-natureza e com isso partir em busca da sustentabilidade e dos direitos daqueles que necessitam diretamente da pesca artesanal para sua subsistência e reprodução social e muitas vezes criticados por explorar os recursos naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.
2. Berkes, Fikret, Mahon, Robin, McConney, Patrick & Pomeroy, Robert S. 2001. *Managing small-scale fisheries: alternative directions and methods*. Ottawa, IDRC (available at www.idrc.ca/booktique).
3. Castro, Mary Garcia; Abramovay, Miriam. *Gênero e Meio Ambiente*. UNESCO, Editora CORTEZ. Impresso no Brasil, 2005.
4. Cotrim, Décio Souza. Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais: O caso de Tramandaí (RS). *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre. 2008.
5. Cunha, Zoel Baumgarten. Pesca Artesanal no município de São Lourenço do Sul: Produção e estimativas do dano ambiental. *Trabalho de Conclusão de Curso*. PLAGEDER. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. São Lourenço do Sul. 2011.

6. Diegues, Antônio Carlos. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo/SP: Editora Atica, 292p., 1983.
7. Galvão, Melina Chiba. Diálogos entre gênero, gestão e Educação Ambiental: os papéis das mulheres nos modos de vida na pesca artesanal. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, 187p., 2013.
8. Kalikoski, Daniela Coswig.; Vasconcellos, Marcelo. 2013. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. *FAO Fisheries and Aquaculture Circular No. 1075*. Rome, FAO. 200 pp.
9. Manesch, Maria Cristina; Siqueira, D.; Álvares, M.L.M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Revista de Estudos Feministas*, v. 20, n. 3. P. 713-737. 2012.
10. Manesch, Maria Cristina. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* / Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). – Niterói : Alternativa, 2013. 431 p.
11. Pasquotto, Vinicius Frizzo; Miguel, Lovois de Andrade. Caracterização socioeconômica dos pescadores artesanais do município de São Lourenço do Sul (Brasil), *Anais do XLII Congresso da SOBER*, 20p, 2005.
12. Quintas, José Silva. *Introdução à Gestão Ambiental Pública*. 2ª ed. Brasília: Ibama, Coleção Meio Ambiente, Série Educação Ambiental, 5, 134p., 2006.;
13. Teixeira, Gibran da Silva.; Abdalah, Patrícia Raggi. Política de seguro-desemprego e pesca artesanal no Brasil: Em análise o estado do Rio Grande do Sul e a região da Lagoa dos Patos. In: *Encontro Nacional da ECOECO*, 6., Brasília/DF 2005.
14. Walter, Tatiana; Silva, Patricia de Araújo; Valença, Marcela. Limites e Possibilidades na Gestão Compartilhada da Pesca Artesanal Urbana. Uma Reflexão a partir do Contexto Pernambucano. *VI Encontro Nacional da Anppas*. Belém – PA – Brasil. 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul (SDR), pelo financiamento do Projeto “Análise das Cadeias Produtivas do Pescado Oriundo da Pesca e/ou Aquicultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul” a qual esta pesquisa se insere. E, aos demais membros da equipe do projeto que participaram na coleta dos dados aqui apresentados.